

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 109.432 - RS (2019/0070307-0)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : JOSE AUGUSTO DE LIMA RAMOS (PRESO)
RECORRENTE : LUCIO FLAVIO CARVALHO DE OLIVEIRA
RECORRENTE : PAULO JULIANO DE QUADROS LARONDE
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por **JOSE AUGUSTO DE LIMA RAMOS e OUTROS** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

"*HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIOS QUALIFICADOS TENTADOS. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA.

1. A decisão que decretou apresenta fundamentação suficiente. Os réus foram presos em flagrante, logo após a prática delitiva, abordados na posse de arma de fogo. A medida foi decretada para garantia da ordem pública, considerada a gravidade concreta dos fatos – tentativa de homicídio motivada, em tese, por disputa de ponto de tráfico, seguida de investida contra guarnição da Polícia Militar – e eventual periculosidade dos agentes. Os pacientes são reincidentes, o que corrobora a necessidade da prisão para evitar reiteração delitiva. Preenchidos os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal.

2. A duração do processo, nos exatos termos da norma constitucional (art. 5º, inciso LXXVIII, da CF), deve ser razoável, impondo-se a interpretação da demora no curso da instrução através da ponderação com o princípio da proporcionalidade, que em seu sentido estrito autoriza a maior dilação dos prazos processuais quando a ação penal apresentar maior complexidade. Os pacientes estão presos desde 04 de julho de 2017. Ainda que transcorridos um ano e cinco meses de prisão, as peculiaridades do feito, que conta com cinco réus e onze fatos, justificam maior dilação dos prazos processuais. Considerada a movimentação processual, o Magistrado tem dado regular seguimento ao feito, ausente inércia a ser atribuída ao aparelho judiciário. Não constatada injustificada demora processual, não há excesso de prazo na formação da culpa.

ORDEM DENEGADA." (e-STJ, fls. 134-141.)

Os recorrentes tiveram a prisão preventiva decretada em 3/7/2017 pela suposta prática de cinco homicídios qualificados tentados, duas receptações, porte ilegal de arma e corrupção de menores.

Neste recurso, sustentam a existência de constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo, pois estão presos preventivamente há mais de 1 ano e 6 meses.

Afirmam ainda que inexistem os requisitos autorizadores da decretação da prisão preventiva.

Pleiteiam a concessão da liberdade provisória ou a substituição das prisões por outras medidas cautelares.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso.

É o relatório.

Decido.

A natureza do presente recurso em *habeas corpus* impõe à parte o dever de instruir devidamente os autos, isto é, a prova deve ser pré-constituída e incontroversa, cabendo ao recorrente apresentar documentos suficientes à análise de eventual ilegalidade flagrante no ato atacado.

Na espécie, o processo não foi instruído com cópia da decisão que homologou o flagrante e a converteu em preventiva, prejudicando a análise do alegado constrangimento ilegal.

Nesse sentido, confirmam-se estes precedentes:

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DA DECISÃO QUE DECRETOU A SEGREGAÇÃO CAUTELAR. PRETENSÃO DE ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA.

I - Impede o conhecimento do recurso em *habeas corpus* a insuficiência na sua instrução, notadamente como na hipótese, onde não foi juntada pelo recorrente a cópia da r. decisão que decretou a sua prisão preventiva (precedente).

[...]

Recurso ordinário parcialmente conhecido e, nesta extensão, desprovido." (RHC 60.757/RJ, rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, j. 3/9/2015, DJe 24/9/2015.)

"AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA EM PRONÚNCIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. PRETENSÃO DE SIMPLES REFORMA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

[...]

2. Cabe ao impetrante o escoreito aparelhamento do *habeas corpus*, bem como do recurso ordinário dele originado, indicando, por meio de prova pré-constituída, o constrangimento ilegal alegado.

3. É inviável divisar, de forma meridiana, a alegação de constrangimento, diante da instrução deficiente dos autos, no qual se deixou de coligar cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do acusado, documento imprescindível à plena compreensão dos fatos aduzidos no presente recurso.

4. Agravo regimental desprovido." (AgRg no RHC 48.939/MG, rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, j. 14/4/2015, DJe 23/4/2015.)

Ante o exposto, nos termos dos arts. 34, XX, c/c o 246 do Regimento

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Interno do Superior Tribunal de Justiça, **nego seguimento** a este recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

